

**Política de Educação de
Jovens e Adultos da
Secretaria Municipal de
Educação de Belém:
Período de 2005-2008**

Autores:

**Isabel Moraes de
Souza** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Ivanilde Apoluceno de
Oliveira** - Doutora em
Educação – Pontifícia
Universidade Católica
de São Paulo – PUC/SP

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as políticas públicas educacionais da Educação de Jovens e Adultos – EJA, da Secretaria Municipal de Educação de Belém, no período de 2005-2008. O objetivo foi aprofundar os estudos teóricos sobre a educação de jovens e adultos na educação brasileira; levantando a legislação da educação de jovens e adultos no Estado do Pará, especificamente na Secretaria Municipal de Belém; e identificando no âmbito das Políticas Educacionais, os indicadores do acesso e permanência do aluno da EJA no processo escolar. As políticas públicas educacionais foram elaboradas para atender os direitos de todos os brasileiros à educação e, embora sejam ampliadas continuam excluindo elevado número de jovens e adulto de tais oportunidades quer pelo não-acesso, quer pela não-permanência.

Palavras - Chave: Políticas educacionais, Educação de jovens e adultos, Acesso e permanência.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the educational policies of Youth and Adults - EJA, the Municipal Education in Bethlehem, in the period 2005-2008. The aim was to deepen the theoretical studies on the education of youth and adults in Brazilian education; legislation raising the education of youth and adults in the state of Pará, specifically the Municipal Bethlehem, and identifying within the Educational Policies, indicators of access and retention of students in the process of EJA school. The educational policies were designed to meet the rights of all Brazilian education and, although they are still enlarged excluding large numbers of young and adult of such opportunities either by non-access, either by non-permanence.

Key - Words: Educational policies, education of youth and adults, access and permanence.

Introdução

A definição do tema da pesquisa voltada para a Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação básica direcionada a um público que, na idade própria, não teve acesso à educação formal ou não concluiu os estudos básicos estabelecidos pelas leis vigentes no País, deve-se essencialmente ao meu trabalho como estagiária no Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), com alunos da alfabetização no período noturno. O estágio aconteceu quando ainda era aluna da graduação do Curso de Letras, na UFPA, e como parte da grade curricular do curso foi que consistiu na porta de entrada para assumir durante 06 (seis meses) o supletivo noturno.

No desempenho das minhas funções nesta modalidade de ensino, tive várias oportunidades de acompanhar e compartilhar de experiências educacionais vividas por estudantes e professores.

Justamente, devido a essa peculiaridade do meu trabalho, a tarefa de estagiar possibilitou o contato direto com os alunos, e a partir daí nasceu um interesse pessoal de conhecer as dificuldades que os alunos encontravam no dia-a-dia, para permanecerem na escola e concluírem os estudos. Esses alunos, jovens e adultos oriundos do ensino regular, que não conseguiram aprovação no ensino fundamental e médio, e por uma série de fatores, culminaram com a evasão escolar. Mais tarde retornam a escola via EJA, convictos da falta que a escolaridade faz, acreditando que as dificuldades que enfrentam no mercado de trabalho e a falta de oportunidade nos lugares de emprego se associam exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (MEC, SEMEC, 2006, p.7-8). Isso nos permitiu formar uma idéia geral a respeito de suas opiniões e expectativas em relação ao curso. Fundamentalmente, os estudantes confiam que sua vida pode melhorar em função do estudo e da obtenção do correspondente certificado de conclusão de curso.

As políticas públicas educacionais foram elaboradas para atender os direitos de todos os brasileiros à educação e, embora sejam ampliadas as ofertas, continuam excluindo elevado número de jovens e adultos de tais oportunidades, quer pelo não-acesso, quer pela não permanência (PORTO, 2004 p.33).

Por isso, por meio deste estudo, buscamos conhecer melhor a realidade dessa modalidade de ensino no contexto educacional da Secretaria Municipal de Ensino de Belém.

Assim, o objetivo central desta pesquisa foi pesquisar as políticas públicas da EJA na Secretaria Municipal de Belém, tendo como foco principal o acesso e a permanência como direito social no processo educativo.

Como objetivos específicos têm-se:

- aprofundar os estudos teóricos sobre a educação de jovens e adultos na educação brasileira.

- levantar a legislação da educação de jovens e adultos no Estado do Pará, e especificamente na Secretaria Municipal de Belém.

- identificar no âmbito das Políticas Educacionais, os indicadores do acesso e permanência do aluno de educação de jovens e adultos no ambiente escolar.

A década de 1990 pode ser considerada um novo marco para o estudo das políticas educacionais no Brasil e a respectiva ampliação e especificação do direito à educação. Assim, o direito à educação de jovens e adultos que foram afastados do processo de escolarização na etapa do ensino fundamental regular, ao longo de suas vidas, é que compôs o cenário para o estudo que se realizou a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para Santos (2004, p.20), a pesquisa bibliográfica “é aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”. Segundo GIL (2002, p.59), como qualquer outra modalidade de pesquisa, a bibliográfica “desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos valores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa etc.” aliados à facilidade de acesso a esse material e sua disponibilidade.

“A pesquisa documental tem por finalidade reunir classificar documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana sobre um determinado assunto” (MARTINS, 2002, p. 35). Ao utilizarmos documentos, a intenção não é que a pesquisa documental responda totalmente ao problema, mas se faz essencial para uma melhor visão das questões postas e a verificação posterior; [...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Dessa forma, foram analisados documentos como: a Resolução nº017/99–CME, 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a organização da Educação Básica – Educação Infantil, no Sistema Municipal de Belém; a Resolução nº 011/03-CME de 09 de maio de 2003, que estabelece Diretrizes para a Estrutura Curricular da Educação de jovens e adultos nas escolas mantidas pela Secretaria Municipal de Educação; a Resolução nº 038/2008 – CMEB, 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a organização da Educação Básica Ensino Fundamental e Médio e dá outras providências, a Proposta Curricular-2009 da educação de jovens e adultos, organizada em Totalidades do Conhecimento, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, fazem as primeiras referências à Educação de Jovens e Adultos. Sínteses do Movimento e Rendimento Final da Rede Municipal de Educação – RME em 2005 a 2008. O Parecer 11/200, por sua vez, que regulamenta as Diretrizes

Curriculares Nacionais – DCN para a EJA. Páginas na internet também foram fontes para este estudo.

O roteiro de desenvolvimento da pesquisa documental foi o proposto por GIL (2002, p. 87): determinação dos objetivos, identificação das fontes, obtenção do material, construção lógica e redação do trabalho.

Portanto, adotamos a pesquisa qualitativa por acreditar ser uma abordagem que permite ao pesquisador considerar a realidade concreta estudada desconsiderando as categorias pré-determinadas. Nesse contexto, a postura do pesquisador assenta-se numa visão, numa proposta que se baseia em articular os textos legais e/ou documentos oficiais criados pelo MEC, referentes às diretrizes e orientações sobre a educação de jovens e adultos, com ações da EJA/SME para captar as contradições objetivas e os fatores que condicionam e determinam a sua concretização enquanto uma educação destinada ao jovem e adulto que venha garantir condições de acesso e permanência com qualidade.

Contextualizando as políticas públicas no município de Belém

As políticas públicas no município de Belém têm um ponto inicial com a implantação da Escola Cabana, que assumiu como princípios centrais de sua proposta, a participação popular e a inclusão social, orientando-se pelas seguintes diretrizes: *acesso e permanência com sucesso: gestão democrática, qualidade social e valorização dos trabalhadores da educação*. Está última articulava-se a partir de amplo Programa de Formação Continuada que era entendido por seus idealizadores como um dos meios de valorização dos trabalhadores em educação. (BELÉM, 1999, p.1).

Esta escola vem fomentar a luta pelo resgate da vida e da dignidade do povo Belenense e, em 1997, no início do primeiro mandato, do prefeito Edmilson Rodrigues na gestão Governo do Povo, já trabalharia pela construção e efetivação

do Projeto Escola Cabana que buscava uma ação-pedagógica baseada nos princípios que:

Avisão de homem e de mulher enquanto sujeito histórico, produto e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que o transformam e são transformadas pelos conflitos estabelecidos entre as diferentes classes sociais, as quais se enfrentam na disputa pelo poder hegemônico (BELÉM, 1999).

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Cabana surgiu como a principal proposta do Governo Municipal para a área da educação. Uma proposta que se caracterizava por um intenso debate, que envolvia todos os setores do Governo e da sociedade civil na busca de novos paradigmas (BELÉM, 1999, p.3). O programa resumia-se no combate à fragmentação do conhecimento, à rígida estrutura disciplinar do currículo, aos tempos escolares que não respeitavam os ritmos e a dinâmica de aprendizagem dos alunos e à forma de gestão escolar. A concepção Cabana de educação estava pautada nos princípios da democracia e da inclusão social, assumindo em seu bojo, de forma significativa, o compromisso de repensar a educação de jovens e adultos, que deveria ser garantido por meio do PROALFA e do MOVA.

O Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos – PROALFA foi implantado com o objetivo de atender os servidores não alfabetizados da Prefeitura Municipal de Belém (conforme pesquisa realizada em 1997 pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD), os quais representavam 4% (do total de funcionários), além das demandas apresentadas pelas entidades populares interessadas em combater o analfabetismo em Belém (BELÉM, 1999)

Este projeto apresentava como objetivos: trabalhar na perspectiva de formação de educadores populares, proporcionando-lhes a formação inicial e assegurando-lhes a formação permanente: estabelecer diálogo com outros projetos de formação de jovens e adultos que trabalhassem na perspectiva libertadora, para

que se ampliassem as trocas de experiências: fazer cumprir o artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1998, que prevê a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental como dever do poder público, através de um projeto maciço de alfabetização; estabelecer parcerias com diversos setores organizados da sociedade civil, tais como: estatais, entidades públicas, empresas, associações, dentre outras, para que se implementasse o projeto e captasse recursos financeiros (BELÉM, 1999, p.57). Objetivos que contribuiriam para subsidiar uma educação de qualidade para os analfabetos, mas para isso ocorrer fazia-se necessário também à contribuição dos órgãos competentes, juntamente com os educadores como um todo, para que o processo de ensino aprendizagem tivesse êxito no seu transcorrer.

O PROALFA se amplia na gestão do Governo do Povo, dando condições para o surgimento do MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO - MOVA em junho de 2001 que, na realidade se tratava de um movimento que já vinha acontecendo no Brasil e que chegava à Belém tendo como referenciais o respeito pela identidade do aluno, o reconhecimento do pluralismo cultural, a necessidade de ampliação às camadas populares da cultura, enfim, um programa que visava desde a alfabetização aos estudos pós-alfabetização.

Para conseguir tal intento, o MOVA e a Prefeitura de Belém se lançaram em busca de parcerias com os mais diversos setores organizados da sociedade civil, órgãos públicos, empresas privadas igrejas, sindicatos, centros comunitários, entre outros. O MOVA – Professor Paulo Freire adotou medidas para enfrentar e superar o analfabetismo em Belém, dividindo atribuições entre os parceiros envolvidos (BELÉM, 2004).

Assumiu o Plano Orçamentário Financeiro e estabeleceu parcerias para viabilizar recursos financeiros com o MEC, através do Programa Brasil Alfabetizado da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), ampliando em 2003, 322 turmas e em 2004, 183 turmas garantidas pelo

Ministério da Educação, que antes eram assumidas pela Prefeitura Municipal de Belém. Além de garantir a cobertura financeira para o pagamento dos alfabetizadores que possuíam turmas que ultrapassaram o número de alfabetizadores cadastrados em 2003 no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) do MEC (BELÉM, 2004 p. 183).

Efetivou a formação permanente dos educadores que ocorria em dois momentos: no início de cada semestre, com temática e carga horária previamente definida: e em finais de semana, realizada todas as sextas-feiras, com a duração de três horas diárias/semanais; doze horas mensais, contabilizando 120h em 10 meses. A formação continuada estava diretamente ligada ao acompanhamento e assessoramento em sala de aula. Era a pesquisa etnográfica, a observação das práticas pedagógicas manifestadas no cotidiano dos educadores, que possibilitavam detectarem-se os avanços e entraves na concretude da proposta político-pedagógica do MOVA (BELÉM, 2004, p.183).

Assim, a Escola Cabana viveu seu apogeu durante os anos de 1997 a 2004, e a partir de 2005 teve os seus princípios e diretrizes modificados com a entrada de um novo gestor municipal: Duciomar Costa que apressa-se por descaracterizar sem no entanto avaliar ou comprovar a validade das ações implementadas pelo governo anterior. Dessa maneira, as trocas de governo consistem numa problemática constante que muitas vezes impede a consolidação das ações no espaço público.

A Política Educacional de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Belém: período de 2005 – 2008 – Acesso e Permanência

A política educacional na Rede Municipal de Educação baseada nas Diretrizes Curriculares para a EJA elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (art. 206, inc. I), acrescentando que é dever do Estado e Município manterem os alunos da EJA no

ambiente escolar. Porém essas condições garantidas em lei chegam a decepcionar mediante a não permanência, culminando com o abandono do aluno aos estudos.

As escolas da rede municipal enfrentam dificuldades em relação á evasão, repetência e poucas motivações dos alunos. Por isso, muitas vezes, a EJA é relegada a segundo plano, no espaço da escola.

Existe na Secretaria Municipal de Belém a COED – Coordenação de Educação, que é um espaço onde os técnico-pedagógicos convivem com a realidade da Educação de Jovens e Adultos e foram unânimes em afirmar que a permanência depende de estratégias e hoje nas escolas esta questão não é trabalhada. De acordo com Sposito (1993, p.51), “os sujeitos buscam com persistência a formação escolar, um dos motivos para os jovens é a ascensão social. [...] por isso é preciso conquistar a continuidade e mais que isso, o direito de volta ao estudo às populações excluídas da escola”.

As Diretrizes Curriculares para a EJA, pautadas pelo parecer CNE/CEB nº11/2000, referem-se à necessidade de tratar com equidade os direitos de jovens e adultos de acesso e permanência na educação, garantindo para isto, financiamento a esta modalidade de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação apresenta a sua proposta educacional baseada em três eixos norteadores: a formação continuada para os professores; a expansão e ampliação de ofertas de vagas na educação infantil e o desenvolvimento sócio-ambiental sustentável com ênfase na dimensão insular. Esta proposição requer não apenas conjugar crescimento e desenvolvimento, como meio e fim, mas principalmente de combinar definitivamente progresso com preservação ambiental.

O primeiro eixo objetiva desenvolver um Programa de Formação Continuada de professores do ensino fundamental, denominado “Elaborando Conhecimento para Aprender e Reconstruí-lo” (ECOAR), com vistas a melhorar os indicadores de avaliação de qualidade da educação municipal e promover cursos

permanentes na área de informática educativa para os professores através do Núcleo de Informática Educativa – NIED. Em 2005, participou de o projeto ECOAR 30 das 59 escolas da rede municipal, somando um número de 418 professores atendidos.

O segundo eixo tem como meta diminuir o déficit de atendimento da educação infantil até 2009, para 20,82%.

O terceiro prevê o resgate da proposta de Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 29.205/96 e composto de três unidades especiais de educação (Escola Bosque, em Outeiro: Liceu Mestre Raimundo Cardoso, em Icoaraci e a Escola Parque Amazônia, na Terra Firme) e um Liceu de Artes e Ofícios no Bairro do Guamá. A proposta de subsistema tem como diretrizes essenciais: a profissionalização voltada à permanência de trabalhar e produzir; inserção comunitária com fomento na qualidade formal e política; inserção cultural; união do saber pensar com o saber fazer; inserção econômica para garantir a necessária implicação com a vida das pessoas e da comunidade

Com o objetivo de ampliar as ações referentes à expansão de vagas para a educação de jovens e adultos a partir dos alunos egressos do Programa Brasil Alfabetizado, a Secretaria de Educação apresenta o projeto intitulado “Escola Nativa”, uma proposta de implantação de ensino fundamental – modalidade EJA, de forma diferenciada do ensino regular.

Como um desdobramento do projeto Educar e Qualificar, o projeto Escola Nativa visa, entretanto, atender jovens e adultos alfabetizados que moram na região insular de Belém e que não deram segmento aos seus estudos por ausências de políticas públicas educacionais nessa modalidade de educação ou por outras questões.

A implantação do projeto acontece por meio da oferta de um curso de um ano, equivalente à conclusão do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), com qualificação profissional propiciada pelas oficinas produtivas para o desenvolvimento local sustentável, a serem ofertadas conforme as necessidades e localidades.

A distribuição de alunos matriculados entre 2005 a 2008

A Secretaria Municipal de Belém aponta a relação quantitativa de discentes da educação de jovens e adultos, matriculados no período de 2005-2008, de acordo com a tabela demonstrativa a seguir:

Quadro – 1

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS	ANOS			
	2005	2006	2007	2008
EDUCAÇÃO INFANTIL	11.984	12.425	13.842	14.217
ENSINO FUNDAMENTAL	47.427	46.261	47.418	47.759
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	14.451	13.857	12.236	11.218
ENSINO MÉDIO	183	204	198	287
TOTAL	74.045	72.747	73.694	73.481

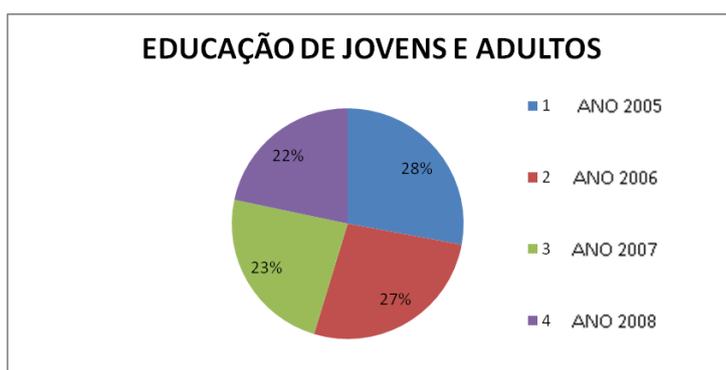
Fonte: Censo Escolar 2008/INEP/MEC/COPLAN/SEMEG, julho, 2008

Nesse universo de 2005 a 2008, a rede municipal teve o total de 51.762 alunos matriculados na educação de jovens e adultos, que passaremos a demonstrar

o acesso e a permanência através dos indicadores e percentuais desmembrados através de síntese fornecida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

Conforme distribuição dos alunos matriculados, houve em 2005 um quantitativo de acesso considerável. Em 2006 as matrículas sofrem uma queda em relação ao ano de 2005, com uma diferença de 594 alunos. Tratando de 2006, em relação a 2007, houve diminuição nas matrículas de 1.621 alunos. Em 2007 a 2008, houve uma diferença de 1.018 alunos. Observamos que o acesso na Educação de Jovens e Adultos aponta um decréscimo muito grande.

Figura – 1



Fonte: Censo Escolar 2008/INEP/MEC/COPLAN/SEMEG, julho, 2008

Quadro – 2

SÍNTESE DO MOVIMENTO E RENDIMENTO FINAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2005

ENSINO	CICLO/SÉRIE		MATRÍCULA TOTAL	TRANSFERIDOS		ABANDONO		PROGRESSÃO		NÃO PROGRESSÃO	
	1ª	2ª			%		%		%		%
	1ª	1ª /			2,79	1.23	50,51		27,66		19,04
	TOTALID	2ª	2.437	68	%	1	%	674	%	464	%

		ADE									
ED. JOVEN S	2ª										
	TOTALID	3ª /			2,15	1.48	50,77		34,54		12,55
	ADE	4ª	2.933	63	%	9	%	1.013	%	368	%
	E ADULT OS	5ª /			11	2,33	2.77	57,81		27,18	
	3ª ETAPA	6ª	4.802	2	%	6	%	1.305	%	609	%
	4ª ETAPA	7ª/ 8ª	4.279	4	%	9	%	1.789	%	467	%
TOTAL			14.451	7	%	5	%	4.781	%	1.908	%

Fonte: Unidades Escolares / COPLAN / SEMEC; julho. 2006

No início de 2005, foram matriculados na EJA na 1ª Totalidade 2.437 alunos. Na 2ª Totalidade 2.933. Na 3ª Etapa 4.802 e na 4ª Etapa 4.279, perfazendo um total de 14.451 alunos.

Os indicadores das matrículas dos alunos da EJA no ano de 2005 foram bastante consideráveis. Porém, o abandono ao ambiente escolar reflete um descaso aos estudos, talvez esse comportamento possa ser ilustrado quando o jovem adulto deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias, de repente os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir.

Na análise da progressão e não progressão, todos esses alunos permaneceram até o final dos estudos, porém, na síntese da progressão, os aprovados, somam 4.781 alunos, e os reprovados somam um total de 1.908 alunos. Observamos, que, de 14.451 alunos matriculados na EJA, só foram aprovados 4.781.

SÍNTESE DO MOVIMENTO E RENDIMENTO FINAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM 2006

ENSINO	CICLO/SÉRIE		MATRICULA TOTAL	TRANSFERIDOS		ABANDONO		PROGRESSÃO		NÃO PROGRESSÃO	
ED. JOVENS E ADULTOS	1ª	TOTAL	2.473	38	1,54 %	1.2	49,13 %	739	29,88 %	481	19,45 %
		ADE									
	2ª	TOTAL	2.637	66	2,50 %	1.2	46,68 %	915	34,70 %	425	16,12 %
		ADE									
3ª ETAPA	5ª / 6ª	4.727	120	2,54 %	2.5	53,67 %	1.370	28,98 %	700	14,81 %	
	7ª / 8ª										
TOTAL			13.857	135	2,53 %	6.6	47,88 %	4.727	34,11 %	2.144	15,47 %

Quadro Fonte: Unidades Escolares / COPLAN / SEMEC; julho. 2007

Analisando o ano de 2006, observamos que existe uma disparidade muito grande, se tratando do total de alunos matriculados, e no final do ano apenas o montante de 4.727, são aprovados. A não progressão indica que 2.144 alunos foram reprovados.

No início de 2007, foram matriculados na EJA 12.236 alunos. Já no início de 2008, o total de alunos que efetivaram suas matrículas foi de 11.218. Ressaltamos e respeitando as informações do setor de estatística da SEMEC, esses dois anos ainda não foram feitos os trabalhos técnicos para síntese dos estudos feitos por Totalidades e Etapas. Porém, a falta deste rateio não prejudicou a intenção da pesquisa.

O acesso é certamente, a porta inicial para a democratização da educação, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno as classes de EJA possam se efetivar ao longo de todo o processo de andamento do projeto pedagógico.

A atual política curricular para a educação de jovens e adultos na Secretaria Municipal de Educação – Belém

A Educação de Jovens e Adultos está inserida nesse conjunto de reformas que têm ocorrido no Brasil. É uma das modalidades de ensino que, no Brasil, foi olhada por último, depois da LDB 9394/96, em 1998: em 1998, ficou pronta a Proposta Curricular para o 1º Segmento da EJA; em 2000, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; em 2001, foi lançado o programa Recomeço Supletivo de Qualidade; e em 2002, a Proposta Curricular para o 2º Segmento da EJA.

É dentro dessas reformas que a Secretaria Municipal de Educação-SME, através da Resolução nº 017/99-CME-Belém, voltada para a modalidade de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, que designam direitos e deveres educacionais para o ingresso do aluno na educação de jovens e adultos, podendo escolher o seu horário para estudo, seja diurno e/ ou noturno, essa norma é para atender interesses e necessidades da clientela alvo. A definição de duração da EJA, terá como

referência o disposto na lei para o ensino fundamental de no mínimo 8 (oito) anos, podendo desenvolver-se no mínimo em até 1/3 do tempo mencionado.

A educação de jovens e adultos, observadas as normas curriculares, organizar-se- em:

I – Seriado

II – Etapas anuais e sequenciais constituídas pela articulação de conhecimentos e experiências de 2 (duas) ou mais séries.

Para o ingresso na etapa inicial e/ou equivalente o candidato tem que comprovar a idade mínima de 12 (doze) anos.

Essas normas se tornaram sem efeito, quando o Conselho Municipal de Educação-SME, através da Resolução nº 011/03 – CME estabelece Diretrizes para a Estrutura Curricular da EJA, dando um novo redimensionamento a essa modalidade, da seguinte forma:

O Art. 7º Estabelece que as Diretrizes Curriculares efetivar-se-ão, a partir dos Tempos de Formação, correspondente aos 4 (quatro anos) anos iniciais do Ensino Fundamental, redimensionando a estrutura anterior do curso da EJA, a saber:

I – 1º Totalidade de Conhecimento que articulará os 2 (dois) anos iniciais do ensino fundamental;

II – 2º Totalidade de Conhecimento que articulará o 3º e o 4º anos do ensino fundamental;

III – As 3ª e 4ª Etapas, correspondentes aos quatro anos finais do ensino fundamental, permanecendo assim identificados, porém em

progressiva adequação ao contexto das novas Diretrizes Curriculares aqui tratadas.

A Resolução n° 038/2008 - CMEB dispõe sobre a organização da Educação Básica, dando um novo direcionamento nesta modalidade de ensino.

O Art. 17. Menciona que a EJA poderá organizar-se em:

I – Séries

II – Totalidades

III – Etapas

IV – Períodos anuais ou semestrais e formas diversas que a Lei autoriza para atendimento dos interesses e condições do aluno.

O Art. 18. Pontua que, para o ingresso na EJA, o candidato deverá comprovar a idade mínima de 15 anos.

Se observarmos as normas dessa Resolução, vai de encontro com as normas da Resolução n° 017/99. Cada Resolução vai ampliando a estrutura curricular da EJA, dando novas diretrizes à educação.

Dando continuidade a essa ampliação a Secretaria Municipal de Educação, lança uma nova Proposta Curricular/2009, bem definida, para reorganizar o ensino da EJA em Totalidades do Conhecimento, porém, as explicações serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

A proposta curricular organizada em Totalidades do Conhecimento é uma perspectiva metodológica que considera o aluno como produtor do conhecimento e construtor de hipóteses explicativas sobre a realidade em que vive. Logo, por entendermos que a ação educativa escolar pauta-se no conhecimento como totalidade, o objetivo principal desta proposta é superar a estrutura de grades

curriculares rígidas e fragmentadas. E quanto aos conteúdos formais, a proposta considera que estes são substancialmente permeados pelas experiências de vida dos jovens e dos adultos, compreensão esta que não privilegia somente um tipo de conhecimento, mas a sua totalidade.

Para melhor entendimento acerca da concepção do termo Totalidade, nos apoiamos em Pinto (2007, p. 51) pela clareza de sua idéia, como a citada abaixo:

A educação é parte de um conjunto de interações e de interconexões recíprocas e não pode ser dissociada dele, tratada isoladamente. É parte de um todo, porém esse todo sendo um processo, só a noção de totalidade permite compreender a interrelação de cada parte com as demais, pois não se trata de um todo estático, e sim de a uma realidade total em movimento, na qual a alteração de qualquer elemento influi sobre todos os demais.

A partir dessa compreensão de Totalidade faz sentido dizer que cada totalidade se encontra correlacionada com a seguinte, num processo de síntese que permite uma complexidade crescente, possibilitando a construção dos conhecimentos necessários aos alunos do Ensino Fundamental noturno.

Assim, na perspectiva da melhoria da condição pedagógica dessa modalidade de ensino, A SEMEC, através da sua Proposta Curricular/2009, organiza o ensino da EJA da seguinte forma:

Totalidade I – correspondente ao 1º, 2º, e 3º anos do EF/09 anos, com duração de 01 ano;

Totalidade II – corresponde ao 4º e 5º anos do EF/09 anos, com duração de 01 ano;

Totalidade – III – corresponde ao 6º e 7º anos do EF/09 anos, com duração de 01 ano;

Totalidade IV – corresponde ao 8º e 9º anos do EF/09 anos, com duração de 01 ano.

As turmas serão compostas por 35 a 40 alunos e cada Totalidade tem duração de 200 dias letivos, assim distribuídos: I e II Totalidades, 720 horas presenciais e 80 não presenciais; III e IV Totalidades, 666 horas e 40 minutos presenciais e de 133 horas e 20 minutos não presenciais totalizando as 800 horas anuais estabelecidas na LDB nº 9.394/96, organizadas em 40 semanas, sendo que cada semana corresponde no mínimo, a 20 horas semanais de efetivo trabalho escolar.

Nota-se que ao proporcionar a educação de jovens e adultos em Belém do Pará, a Secretaria Municipal de Belém está fazendo cumprir um direito educacional constitucional, aliado a outros direitos sociais inerentes a todos os seres humanos. Ao mesmo tempo, está contribuindo para a construção de uma política pública para essa modalidade da educação básica no seu nível fundamental.

Considerações Finais

Esta pesquisa trouxe como tema central a necessidade de analisar a política educacional da EJA, na SEMEC-Belém, tendo como argumento o acesso e a permanência do aluno no processo educativo, cujos direitos são garantidos nas Diretrizes Curriculares da EJA.

Observamos, mediante os indicadores de matrículas, que o acesso está democratizado, as portas estão abertas para àqueles que querem estudar, e a EJA existe, abre espaços para o cidadão que quer dar continuidade nos seus estudos, que por motivos internos ou externos foram excluídos do ambiente escolar. Já a permanência os indicadores apontam através da progressão, uma queda brusca no número de alunos aprovados. Tratando-se dos alunos reprovados, a subtração desses alunos que não progrediram também e muito grande.

Vimos que garantir o acesso dos alunos da EJA não é um grande problema, vários programas como o Proeja, Projovem e Brasil Alfabetizado, têm sido implantados a fim de promover a ampliação da escolarização. No entanto, garantir a permanência é necessários investimentos que vão da estrutura à valorização do professor por meios de cursos de formação contínua, políticas de incentivo para que os profissionais da educação se envolvam com a EJA e se especializem nela.

Destacamos que, enquanto política pública em educação, a EJA neste caso, em Belém, deve ser objeto de discussão dos diferentes grupos sociais, para que essa modalidade da educação básica adquira visibilidade perante a sociedade, passando a ter uma identidade própria, não sendo simplesmente estabelecidos em leis, decretos, planos decenais, resoluções ou campanhas de alfabetização, como mostra nossa história. A política e a legislação necessitam desenvolver-se num processo de interrelação, visando à possibilidade de regulamentar uma determinada política educacional, transformando-se em leis contínuas que priorizem as realidades regionais, atentando para a garantia da especificidade da educação de jovens e adultos.

A superação da exclusão educacional, social e cultural a que grande parcela da população brasileira vem sendo submetida há tanto tempo é condição imprescindível para que o exercício da cidadania seja um direito de fato. Somente com políticas públicas permanentes e comprometidas com as reais necessidades da população e políticas educacionais que considerem as especificidades dos educandos da EJA, podem garantir o acesso, a permanência e a terminalidade de sua escolarização. Oportunizar a estes educandos a reinserção na vida escolar significa reconhecer que estes sujeitos têm o direito a uma educação, que lhes possibilite a participação plena na sociedade usufruindo de seus direitos e cumprindo com seus deveres de cidadão.

Referências Bibliográficas

BELÉM, **Travessias inclusivas de saberes:** o projeto político pedagógico da Escola Cabana de Belém. (1997 – 2004). Belém: SEMEC, 2004.

_____, Coordenadoria de Educação. **Mapa do levantamento da matrícula final dos alunos da EJA em 2005.** Belém: COPLAN/SEMEC, julho de 2006.

-----, Coordenadoria de Educação. **Mapa do levantamento da matrícula final dos alunos da EJA em 2006.** Belém: COPLAN/SEMEC, julho de 2007.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação Nacional:** Lei 9.394/96 – apresentação Carlos Roberto Jamil Cury e Antonio de Paulo: DP&A, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP/MEC/COPLAN/SEMEC. **Censo escolar.** Julho, 2007

INEP/MEC/COPLAN/SEMEC. **Censo escolar.** Julho, 2008.

MARTINS, C.O. **O que é política educacional.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre alfabetização de adultos.** 9ª Ed. SP. Cortez, 2007.

PORTO, Y.S. **Educação de Jovens e Adultos:** o desafio de ressignificá-la. Passo Fundo, 2004.

BELÉM. SEMEC-CME. Resolução n° 017/99 – CME – Belém

_____, Resolução n° 011/03 – CME – Belém

_____, Resolução n° 038/08 – CME - Belém

SANTOS, Holeodário Honorato dos. **Manual prático para elaboração de projetos, monografias, dissertações e teses na área de saúde.** João Pessoa: UFPB: Ed. Universitária, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes e HADDAD, Sérgio. **Juventude e educação: uma análise de produção de conhecimento.** São Paulo: S/N, 1993.